

# ÍNDICE

Sobre o Autor .....	5
Abreviaturas .....	7

## **ABUSO DE AUTORIDADE — LEI N. 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965**

1. INTRODUÇÃO .....	17
2. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO .....	21
3. APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E PENAL.....	23
4. RESPONSABILIDADE PENAL .....	23
5. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE (ART. 3º).....	25
6. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE (ART. 4º).....	37
7. AUTORIDADE.....	53
8. OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA. CAUSA EXCLUDENTE DA CULPABILIDADE.....	55
9. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL .....	55
10. SANÇÕES LEGAIS .....	56
11. PROCEDIMENTO .....	60
12. COMPETÊNCIA .....	65
13. PRESCRIÇÃO .....	69

## **CRIMES AMBIENTAIS — LEI N. 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998**

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS — CAPÍTULO I.....	71
2. DA APLICAÇÃO DA PENA — CAPÍTULO II .....	80
3. DA APREENSÃO DO PRODUTO E DO INSTRUMENTO DE IN- FRAÇÃO ADMINISTRATIVA OU DE CRIME — CAPÍTULO III .	92



4. DA AÇÃO PENAL E DO PROCESSO PENAL — CAPÍTULO IV .....	94
5. DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE — CAPÍTULO V	100
6. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA — CAPÍTULO VI — ARTS. 70 A 76 .....	189
7. DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE — CAPÍTULO VII — ARTS. 77 E 78 .....	191
8. DISPOSIÇÕES FINAIS — CAPÍTULO VIII — ARTS. 79, 80 E 82 ..	191

### **CRIMES HEDIONDOS — LEI N. 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990**

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	194
2. CRIMES HEDIONDOS — CONCEITO .....	196
3. COMENTÁRIOS AO ART. 1º DA LEI — CRIMES CONSTANTES DO ROL LEGAL .....	199
4. COMENTÁRIOS AO ART. 2º DA LEI .....	217
5. COMENTÁRIOS AO ART. 3º DA LEI — ESTABELECIMENTO DE SEGURANÇA MÁXIMA .....	250
6. COMENTÁRIOS AO ART. 5º DA LEI — LIVRAMENTO CONDICIONAL .....	251
7. COMENTÁRIOS AO ART. 7º DA LEI — DELAÇÃO EFICAZ OU PREMIADA. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA .....	255
8. COMENTÁRIOS AO ART. 8º DA LEI — QUADRILHA OU BANDO	258
9. COMENTÁRIOS AO ART. 9º DA LEI — CAUSA DE AUMENTO DA PENA .....	261
10. COMENTÁRIOS AO ART. 10 DA LEI .....	266

### **CRIME ORGANIZADO — LEI N. 9.034, DE 3 DE MAIO DE 1995**

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....	267
2. COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO I .....	267
3. COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO II .....	287

4. COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO III.....	292
5. LIBERDADE PROVISÓRIA .....	297
6. PRAZO PARA ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO .....	299
7. APELAÇÃO EM LIBERDADE.....	300
8. PROGRESSÃO DE REGIME .....	301
9. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL .....	301
10. CRIME ORGANIZADO E LAVAGEM DE DINHEIRO.....	301

### **CRIMES DE TRÂNSITO — LEI N. 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997**

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....	302
2. PROCEDIMENTO NOS CRIMES DE TRÂNSITO .....	302
3. CONCEITO DE VEÍCULO AUTOMOTOR.....	305
4. PERMISSÃO OU HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO .....	306
5. SUSPENSÃO OU PROIBIÇÃO DA PERMISSÃO OU HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO.....	307
6. MULTA REPARATÓRIA.....	313
7. AGRAVANTES GENÉRICAS .....	316
8. PRISÃO EM FLAGRANTE E FIANÇA .....	318
9. DOS CRIMES EM ESPÉCIE.....	319

### **ESTATUTO DO DESARMAMENTO — LEI N. 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003**

1. INTRODUÇÃO .....	368
2. ASPECTOS GERAIS DOS CRIMES PREVISTOS NO CAPÍTULO IV.....	369
3. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART. 12).....	386
4. OMISSÃO DE CAUTELA (ART. 13).....	394
5. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART. 14) .....	403

6. DISPARO DE ARMA DE FOGO (ART. 15) .....	413
7. POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RES- TRITO (ART. 16).....	424
8. FIGURAS EQUIPARADAS (ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO) .....	433
9. COMÉRCIO ILEGAL DE ARMA DE FOGO (ART. 17) .....	448
10. TRÁFICO INTERNACIONAL DE ARMA DE FOGO (ART. 18)..	459
11. CAUSAS DE AUMENTO DE PENA (ARTS. 19 E 20) .....	467
12. LIBERDADE PROVISÓRIA (ART. 21).....	470
13. APREENSÃO DA ARMA DE FOGO, ACESSÓRIO OU MUNI- ÇÃO (ART. 25).....	473
14. COMÉRCIO DE BRINQUEDOS, RÉPLICAS E SIMULACROS DE ARMAS DE FOGO (ART. 26).....	476
15. ARMAS DE FOGO SEM REGISTRO. DEVER LEGAL DE RE- GULARIZAÇÃO (ART. 30).....	476
16. ARMAS DE FOGO ADQUIRIDAS REGULARMENTE NOS TERMOS DA LEI N. 9.437/97. ENTREGA À AUTORIDADE POLICIAL .....	476
17. POSSE DE ARMA DE FOGO E FACULDADE LEGAL DE ENTREGÁ-LA À AUTORIDADE COMPETENTE (ART. 32) .....	477
18. AUTORIZAÇÕES DE PORTE DE ARMAS DE FOGO CONCE- DIDAS NOS TERMOS DA LEI N. 9.437/97. EXPIRAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE .....	477
19. COMERCIALIZAÇÃO DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÃO.....	477
20. REFERENDO POPULAR.....	478
21. REVOGAÇÃO DA LEI N. 9.437/97 .....	479
22. VIGÊNCIA DA LEI N. 10.826/2003.....	479

## **LEI DE IMPRENSA — LEI N. 5.250, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967**

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	480
2. DA LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO, DE INFORMAÇÃO E DE EXPRESSÃO DO PENSAMENTO: A LEI DE IMPRENSA E A ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDA- MENTAL (ADPF N. 130) .....	481
3. DOS CRIMES. COMENTÁRIOS GERAIS.....	488

4. COMENTÁRIOS AOS CRIMES CONTRA A HONRA — ARTS. 20 A 28.....	495
5. DISPOSIÇÕES COMUNS AOS CRIMES CONTRA A HONRA ...	518
6. RETRATAÇÃO.....	524
7. PEDIDO DE EXPLICAÇÕES EM JUÍZO .....	525
8. DIREITO DE RESPOSTA.....	530
9. RESPONSABILIDADE PENAL .....	534

### **INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA — LEI N. 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996**

1. INTRODUÇÃO .....	554
2. OBJETO. CONCEITO .....	556
3. LEI N. 9.296/96 — ASPECTOS PROCESSUAIS .....	565
4. LEI N. 9.296/96 — ASPECTOS PENAIS.....	583
5. DAS PROVAS OBTIDAS POR MEIOS ILÍCITOS — ART. 5º, LVI, DA CF.....	587

### **JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS — LEI N. 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995**

1. INTRODUÇÃO .....	601
2. ÂMBITO DE INCIDÊNCIA .....	604
3. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	613
4. FASE PRELIMINAR E TRANSAÇÃO PENAL .....	616
5. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	627
6. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO .....	635
7. QUESTÕES FINAIS .....	645

### **LAVAGEM DE DINHEIRO — LEI N. 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998**

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....	656
2. OBJETO JURÍDICO .....	660



3. OBJETO MATERIAL .....	661
4. TIPOS PENAIS .....	661
5. CAUSA DE AUMENTO DE PENA.....	665
6. DELAÇÃO PREMIADA .....	666
7. COMPETÊNCIA .....	666
8. CITAÇÃO. A QUESTÃO DO ART. 366 DO CPP.....	667
9. FIANÇA E LIBERDADE PROVISÓRIA .....	667
10. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS.....	668
11. AÇÃO CONTROLADA.....	669
12. EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	669
13. DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	670

## **SONEGAÇÃO FISCAL — LEI N. 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990**

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	671
2. DOS CRIMES — COMENTÁRIOS GERAIS.....	672
3. COMENTÁRIOS AOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 1º .....	693
4. COMENTÁRIOS AOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 2º .....	702
5. COMENTÁRIOS AOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 3º .....	707
6. CONCURSO DE CRIMES .....	710

## **TERRORISMO**

1. TERRORISMO NO DIREITO INTERNACIONAL.....	711
2. TERRORISMO NO DIREITO PÁTRIO .....	714
3. OBJETIVIDADE JURÍDICA.....	716
4. SUJEITO ATIVO .....	718
5. SUJEITO PASSIVO.....	718
6. CAUSA DE AUMENTO DE PENA.....	718
7. COMPETÊNCIA .....	719
8. AÇÃO PENAL.....	719
9. IMPRESCRITIBILIDADE.....	719
10. TERRORISMO E CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO .....	719

11. TERRORISMO E LEI DOS CRIMES HEDIONDOS .....	720
12. ASILO. EXTRADIÇÃO .....	720

**TORTURA — LEI N. 9.455,  
DE 7 DE ABRIL DE 1997**

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	723
2. TORTURA. ASPECTOS PENAIS .....	725
3. CRIMES DE TORTURA.....	728
4. PROGRESSÃO DE REGIME .....	746
5. EFEITOS DA CONDENAÇÃO .....	747
6. GRAÇA E ANISTIA. FIANÇA .....	748
7. EXTRATERRITORIALIDADE .....	749
8. FEDERALIZAÇÃO DAS CAUSAS RELATIVAS A DIREITOS HU- MANOS. DO INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPE- TÊNCIA (EC N. 45/2004).....	750

**DROGAS — LEI N. 11.343,  
DE 23 DE AGOSTO DE 2006**

1. LEGISLAÇÃO ANTERIOR: LEIS N. 6.368/76 E 10.409/2002.....	752
2. PARTE PENAL — DOS CRIMES E DAS PENAS .....	753
3. DA INVESTIGAÇÃO E DO PROCEDIMENTO PENAL .....	821
4. DA APREENSÃO, ARRECADAÇÃO E DESTINAÇÃO DE BENS DO ACUSADO.....	832
5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS .....	836
6. QUESTÕES DIVERSAS.....	843
 Bibliografia .....	 845